



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Lidar com a crise estrutural da baixa taxa de natalidade e estabilizar o desenvolvimento das escolas e o corpo docente

Nos últimos anos, a baixa taxa de natalidade verificada em Macau e em todo o mundo provocou um impacto profundo no sistema de ensino não superior. Segundo as estatísticas demográficas divulgadas pelos Serviços de Estatística e Censos, em 2025, nasceram 2870 bebés, uma queda de 59,3% em dez anos, face aos 7055 registados em 2015.

Segundo a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, neste momento, a mesma está a rever, de forma contínua, os dados, entretanto adoptou medidas, como por exemplo, a manutenção do número de alunos por turma entre 25 e 35 através do “Regime do subsídio de escolaridade gratuita”, a optimização do rácio professor/aluno para 1:11,2, a criação do “subsídio para a promoção do desenvolvimento das escolas” e a promoção da transferência de docentes entre níveis de ensino prevista no Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior (Quadro geral), com vista a minimizar o impacto da baixa taxa de natalidade. Contudo, estas medidas de alívio não conseguem fazer dissipar, imediatamente, as preocupações do sector educativo. Neste momento, muitas escolas deparam-se com uma dupla crise de sobrevivência, isto é, a queda drástica do número de alunos e a escassez de recursos para a exploração das escolas, e os docentes da linha da frente estão, em geral, preocupados com o problema da impossibilidade de “manter o seu emprego”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Tendo em conta as orientações de “optimizar a distribuição dos recursos educativos e promover o desenvolvimento sustentável e de alta qualidade do ensino”, constantes do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2026, o Governo planeia, numa perspectiva estratégica mais abrangente, avançar com a transformação do actual modelo passivo, de “afecção de recursos” para “actualização estrutural”. Para resolver, efectivamente, os obstáculos ao desenvolvimento das escolas e assegurar a estabilidade da equipa docente, assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Recentemente, o Governo referiu que tinha incumbido uma instituição de investigação de efectuar um estudo sobre as estratégias de resposta às mudanças da população em idade escolar e ia tentar concluí-lo no primeiro trimestre. Neste momento, o sector educativo necessita, urgentemente, de políticas e instruções claras para acalmar as inquietações. Para fazer face a um possível agravamento de redução de alunos nos próximos anos, o Governo vai divulgar o relatório de estudo e, tendo em conta as reivindicações da sociedade, avançar com a definição de um plano de acções específicas de curto, médio e longo prazo e da respectiva calendarização?

2. Actualmente, o Governo mantém ainda o mecanismo flexível que permite um número de alunos por turma entre 25 e 35, mas perante a baixa taxa de natalidade, o limite mínimo de 25 alunos já se tornou inalcançável para algumas das escolas que se deparam com a falta severa de alunos. Em relação ao ensino infantil, a fim de concretizar o objectivo de optimizar o ambiente de ensino, “absorver” o excesso de pessoal docente e elevar a qualidade dos cuidados, as autoridades vão estudar a institucionalização dos modelos de dotação de pessoal, que são altamente recomendados pela sociedade, isto é, “dois professores e um cuidador por turma” ou “três professores por turma que se revezam nas tarefas de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

cuidador”, e criar um subsídio específico e permanente para efeitos de apoio?

3. O Governo recorre ao “Quadro geral” para proceder à transferência de docentes entre níveis de ensino nas escolas (por exemplo, do ensino infantil para o ensino primário) e disponibiliza formação profissional geral. No entanto, com o alastrar inevitável do impacto da baixa taxa de natalidade às escolas primárias e secundárias, a simples transferência de docentes entre níveis de ensino já não resolve a crise de impossibilidade de “manter o seu emprego”, devido à redução de postos de docente. Em articulação com a orientação governativa de promoção da educação permanente, o Governo propôs subsidiar as escolas na sua transformação em instituições de educação contínua ou de ensino para idosos. Assim, as autoridades devem rever o actual mecanismo de dotação financeira e os respectivos diplomas complementares, no sentido de apoiar os docentes efectivos na realização de formação sistemática e remunerada para efeitos da sua transferência (por exemplo, para o ensino para os idosos ou a formação profissional), assim como no reconhecimento de qualificações, assegurando, deste modo, uma transição suave em termos de salários, regalias e vida profissional durante o processo de transformação de escolas. Já têm planos para isso?

21 de Março de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Lai Kei